Revista Macambira
Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial (LaPPRuDes)
ISSN:2594-4754
ARTIGO
https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.506

A covid-19 e os desafios da educação do campo no município de Riacho de Santana/BA

Antonio José de Souza[1*], Heron Ferreira Souza[2], Antônio Domingos Moreira[3], Ana Maria Anunciação da Silva[4]

[1]Doutorando do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSal) / Sec. Munc. de Educ. de Itiúba. Mestre em Educação e Diversidade Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor colaborador da especialização em Educação do Campo do Instituto Federal Baiano (IFBaiano) de Serrinha (BA). Professor da Educação Básica do município de Itiúba (BA).
https://orcid.org/0000-0003-3416-5527

[2]Doutor em Educação (Unicamp). Professor efetivo do Instituto Federal Baiano, campus Serrinha. Professor no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial - LaPPRuDes.
http://orcid.org/0000-0003-0927-311

[3]Mestre em Educação (UESB). Professor da Educação Básica do município de Riacho de Santana (Ba). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo e Cidade (GEPEMDECC/UESB). Membro do Grupo do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação e Ciências Humanas (CEPECH).
http://orcid.org/0000-0002-2856-1219

[4]Aluna especial do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (UNEB). Especialista em Educação do Campo (IFBaiano/Serrinha-BA). Pedagoga pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (FAC). Professora da Educação Básica do município de Ichu/BA. Integra o Grupo de Pesquisa Formação, Linguagens, Experiência (FEL/UNEB, campus Coité).
http://orcid.org/0000-0002-8134-6737

*Autor correspondente:
tonnysouza@gmail.com

Resumo:
Este trabalho buscou discutir e problematizar os desafios e as possibilidades que, no contexto de quarentena e da pandemia, se apresentam à escola do campo/roça, ao(à) educador(a) do campo/roça e, consequentemente, às famílias para garantirem o processo educativo escolar dos(as) estudantes. A investigação foi realizada com profissionais da educação no município de Riacho de Santana-Bahia. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que se baseou em relatos de experiências da equipe pedagógica e de gestores(as) de escolas do campo/roça. A análise tomou por base as dimensões contidas no roteiro que nortearam o relato. De forma específica, ficou evidenciado que os desafios postos às escolas do campo/roça não são apenas tecnológicos; são, principalmente, políticos. De forma mais geral, as problematizações suscitadas no momento atual exigirão reflexões sobre o lugar das TIC's no projeto educativo escolar do campo/roça e na Educação do Campo como direito.

Palavras-chave: Pandemia, "EaD emergencial", Escola do Campo/roça.

REVISTA MACAMBIRA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Serrinha. Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, Bairro Aparecida, Serrinha (Ba), CEP: 48700-000, sala 01, prédio acadêmico.

Revista Macambira
ISSN:2594-4754

Macambira Journal
Laboratory of Public Policies, Ruralities and Territorial Development (LaPPRuDes)
ARTICLE
https://doi.org/

Covid-19 and the challenges of field education in the municipality of Riacho de Santana/BA

Antonio José de Souza[1*], Heron Ferreira Souza[2], Antônio Domingos Moreira[3], Ana Maria Anunciação da Silva[4]

[1]Doctoral student of the Graduate Program in Family in Contemporary Society (PPGFSC) at the Catholic University of Salvador (UCSal)/ Municipal Secretary of Education of Itiúba. Master in Education and Diversity State University of Bahia (UNEB). Collaborating professor of the field of Education specialization at the Federal Institute of Bahia (IFBaiano) in Serrinha (BA). Professor of Basic Education in the municipality of Itiúba (BA). https://orcid.org/0000-0003-3416-5527

[2]PhD in Education (Unicamp). Effective professor at the Federal Institute of Bahia, Serrinha campus. Professor in the Master's Program in Professional and Technological Education - ProfEPT. Coordinator of the Laboratory of Public Policies, Ruralities and Territorial Development - LaPPRuDes. http://orcid.org/0000-0003-0927-311

[3]Master in Education (UESB). Professor of Basic Education in the municipality of Riacho de Santana (Ba). Member of the Study Group and Research Social Movements, Cultural Diversity and Education of the Countryside and the City (GEPEMDECC / UESB). Member of the Group of the Center for Studies and Research in Education and Human Sciences (CEPECH). http://orcid.org/0000-0002-2856-1219

[4]Special student of the Professional Master in Education and Diversity (UNEB). Specialist in Rural Education (IFBaiano / Serrinha-BA). Pedagogue by the Regional Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Candeias (FAC). Teacher of Basic Education in the municipality of Ichu / BA. Member of the Research Group on Training, Languages, Experience (FEL / UNEB, campus Coité). http://orcid.org/0000-0002-8134-6737

*Corresponding author:
tonnysouza@gmail.com

Abstract:
This paper aims to discuss and problematize the challenges and possibilities that concern families and educators from a countryside school to guarantee Educational process in the context of quarantine and pandemic. The investigation was carried out with Education professionals in the municipality of Riacho de Santana - Bahia. It is characterized as a qualitative research that was based on reports of pedagogical team's and managers' experiences in a countryside school. The analysis was based on the dimensions contained in the script that guided the report. Specifically, it became evident that the challenges demanded from schools in the countryside are not just technological; they are mainly political. More generally, the issues raised at the present time will require reflections on the place of ICTs in the Educational project in the countryside school and in Education in the countryside as a right.

Keywords: Pandemic, "Emergency distance education", School of the Field/country.

MACAMBIRA JOURNAL
Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano, *campus* Serrinha. Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, Bairro Aparecida, Serrinha, Bahia, Brasil, CEP: 48700-000, sala 01, prédio acadêmico.

Notas sobre um tempo estranho

"Alô alô marciano
Aqui quem fala é da Terra
Pra variar estamos em guerra
Você não imagina a loucura [...]"
(Elis Regina, 1980, n.p.)

A epígrafe é um pequeno trecho de uma música composta por Rita Lee e Roberto de Carvalho, mas eternizada na voz potente da gigante Elis Regina em seu disco duplo chamado **Saudade do Brasil** de 1980. A canção é uma sátira que representa bem aquele contexto histórico, marcado pelo arrefecimento da Ditatura Militar, o desejo pela redemocratização do Brasil e os traumas deixados pelos anos de chumbo, período no qual a repressão da ditadura no Brasil fez-se mais cruel, através da edição do AI-5 – o Ato Institucional Número Cinco foi o mais severo de todos os demais, resultando, entre outras coisas, na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares e o cancelamento das garantias constitucionais permitindo, consequentemente, o uso da tortura pelo Estado –. Essa música nos ocorre porque, se tivéssemos um canal de comunicação direta com os tais marcianos, poderíamos, ainda hoje, começar a interlocução extraterrestre usando esses versos debochados e extremamente atuais, dado que, "pra variar" estamos atravessando um momento tão perigoso quanto estranho.

Os primeiros prenúncios desse tempo pandêmico vieram a reboque das notícias sobre o que se chamou pelo nome técnico Covid-19, quando o governo chinês emitiu um alerta acerca do surgimento desse vírus no final de dezembro de 2019. Na ocasião, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu um comunicado destacando a ocorrência de pneumonia com origem desconhecida em Wuhan, cidade chinesa com 11 milhões de habitantes. Desde então, o novo coronavírus, infectou e matou um contingente de pessoas na China, espalhando-se por todos os continentes.

No Brasil, o Ministério da Saúde confirmou, em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso de coronavírus e, a partir daí, a doença alastrou-se por todo o território nacional, gerando medo e precaução em alguns e a negação da realidade desconfortante em outros. O fato é que nos meses seguintes assistimos aturdidos ao crescimento do número do contágio e dos mortos (BRASIL, 2020d).

No momento em que esse estudo se torna palavra, tem-se a sensação exata do cansaço emocional fruto de uma reclusão compulsória em decorrência da Covid-19. Trata-se de um tempo bastante insólito, pois, como diz o sábio adágio popular: "desgraça pouca é bobagem", aludindo o pessimismo de que tudo pode ficar pior (e está). Afinal, estão misturados à catástrofe sanitária, a beligerância escatológica do governo bolsonarista, o negacionismo dos seus asseclas e o culto ao famigerado fármaco "cloroquina" que, sem evidência científica, foi alçado ao patamar de um elixir da vida, ou seja, uma panaceia brasileira que, ao invés de curar a doença, permite a morte de muitos e tantos de nós.

É no curso dessa crônica bestial, no qual as marcas constitutivas da sociedade "global" alcançam o "local", que o presente estudo pretende discutir acerca dos desafios e perspectivas da Educação do Campo em Riacho de Santana – município brasileiro do estado da Bahia, integrante do Território de Identidade do Velho Chico – que vem sofrendo com os efeitos da pandemia do novo coronavírus, afinal, o atual momento trouxe à luz um contexto educacional de explícitas e profundas desigualdades socias nesse Brasil de dimensões agigantadas e realidades variadas. Portanto, se as escolas dos grandes centros deste país estão tendo dificuldades em lidar com os efeitos pandêmicos, o que estará acontecendo nas escolas do campo/roça dos nossos rincões?

No município de Riacho de Santana, a paralisação das aulas ocorreu no dia 18 de março, através do decreto municipal n.º 62 de 17 de março de 2020. O documento, entre outras coisas, falava do risco da propagação da Covid-19 entre os(as) estudantes e profissionais da educação (BAHIA, 2020a). Com isso, várias medidas foram adotadas pela gestão municipal a fim de evitar ou minorar a disseminação do vírus, como o distanciamento social e a quarentena (GUZZO, 2020).

De modo geral, tais medidas têm impactado a vida da população brasileira em diversos setores, inclusive na educação. Importante frisar que várias escolas, universidades e creches, espalhadas pelo país, estão com suas atividades suspensas, atingindo a mais de 50 milhões de estudantes e professores, segundo o Conselho Nacional de Educação (CNE) (BRASIL, 2020b).

As mudanças ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus chegaram de modo abrupto, causando isolamento compulsório e, por isso, faz-se necessário o aprofundamento do debate sobre o ensino e a aprendizagem, pois, o fato da escola estar de "porta fechada" não significa que ela tenha deixado de existir. Ela existe, em tese, como "escola doméstica", "cravada" na rotina familiar, entre aulas feitas online e exercícios pelo WhatsApp mediados por pais "tutores" em uma espécie de Educação a Distância (EaD) "emergencial".

À vista disso, reconhecemos a urgência em encontrar alternativas que mantenham, de alguma forma, as escolas no campo/roça funcionando, mas "[...] através da institucionalização de políticas públicas, [...] assim como, a superação da dicotomia campo/roça e cidade, em que nessa 'queda de braço' o campo/roça é pautado e classificado como atrasado, desprovido de conhecimento [...]." (SANTOS; SOUZA, 2020, p. 40).

Em definitivo, o conjunto de circunstâncias vigorantes trouxe à baila um quadro educacional incomum que expõe a desigualdade estrutural brasileira em sua diversidade "socioespacial" (econômica, política, cultural ambiental, territorial), mostrando como, na mencionada "queda de braço", as escolas do campo/roça continuam preteridas. Nesse sentido, a fala de Santos e Souza (2020, p. 41), apesar de ter sido vocalizada numa ocasião diferente, representa a nossa preocupação e anseio, visto que nos conclama à:

> [...] defesa da Educação do Campo/roça, 'ocupando' espaços, marcando território com nosso jeito de pensar educação. Desse modo, queremos não apenas escolas abertas no campo/roça, mas com condições necessárias e políticas que assegurem uma prática pedagógica que vá além das paredes, dialogando com a realidade local, sendo um espaço que se constrói cidadania e reconhecimento de direitos, dando visibilidade aos sujeitos destes lugares.

Sendo assim, é mais que necessário estabelecer um novo "olhar" sobre essa realidade na qual, diante do isolamento obrigatório e do medo da propagação do vírus, tem-se o medo dos efeitos pandêmicos no aprofundamento das desigualdades nossas de cada dia.

Por conseguinte, este estudo propõe as seguintes questões: i) Quais os desafios e possibilidades que, no contexto de quarentena e da pandemia, se apresentam à escola do campo, ao(à) educador(a) do campo/roça do ensino básico da escola pública e, consequentemente às famílias para garantirem o ensino e a aprendizagem dos(as) estudantes? Obviamente que tal questão perpassa por problematizações em torno das condições de garantia do processo educativo escolar a partir da "EaD emergencial", as capacidades técnico-pedagógicas dos(as) educadores(as) e a família enquanto elo entre professores(as)/escola e estudantes.

No intuito de encontrar as respostas para as questões acima, foram enviadas perguntas abertas e norteadoras, via WhatsApp, para os(as) envolvidos(as) neste momento com o processo educativo nas escolas no campo/roça no município de Riacho de Santana/BA. Mais adiante, apresentaremos a análise dessas falas, debruçando-nos com atenção reflexiva, a fim de demonstrar, ao menos, parte dos desafios desse momento de proliferação da Covid-19.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

O referido estudo teve como partícipes os(as) profissionais envolvidos(a)s no processo pedagógico e de gestão das escolas no campo/roça do município de Riacho de Santana-Bahia. No Quadro 1, está exposto um breve perfil dos(as) entrevistados(as):

Quadro 1 – Perfil dos(as) entrevistados(as)

NOME FICTÍCIO	FUNÇÃO	SEXO	ESCOLARIDADE
Bromélia Silva	Gestora	Feminino	Especialização completa
Flor Jurema	Coordenadora	Feminino	Especialização completa
Ipê de Jesus	Coordenadora	Feminino	Graduação completa
José Carnaúba	Professor	Masculino	Especialização completa
Maria Macambira	Gestora	Feminino	Especialização completa
Pedro Umburana	Gestor	Masculino	Especialização completa
Rita de Jitirana	Coordenadora	Feminino	Mestrado

De modo geral, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2018), o município de Riacho de Santana tem 277 docentes. O quantitativo de escolas municipais no campo/roça, em 2018, era de 19 escolas, enquanto na cidade havia 6 escolas (Quadro 2). Entretanto, não há dados oficiais disponíveis sobre quantos professores(as) atuam na sede do município e no campo/roça.

Quadro 2 – Informações das escolas da Educação Básica no município de Riacho de Santana/Ba.

ÁREA	ANO	NÚMERO DE ESCOLAS
Escolas na sede da rede municipal	2018	06
Escolas no campo da rede municipal	2018	19
Escolas de ensino médio na sede	2018	04
Escolas de ensino médio no campo	2018	00

Fonte: (IBGE, 2018).

Considerando a realidade das escolas no campo/roça do município supracitado, com elevado quantitativo de profissionais vinculados(as) por contratos empregatícios temporários, tivemos pouco retorno dos convites de participação na pesquisa. Além disso, consideramos outros implicadores próprios e decorrentes da pandemia que sobrecarregou o trabalho desses(as) profissionais, desestimulando-os(as) à participação. De todo modo, tivemos o retorno de 3 (três) coordenadoras pedagógicas, 3 (três) gestores(as) escolares e 1 (um) professor. Os(As) participantes são educadores(as) que trabalham em escolas distintas, mas todas localizadas no campo/roça do município de Riacho de Santana. Em vista disso, a partir das respostas, os(as) educadores(as) oferecem-nos pistas acerca das ações realizadas frente aos desafios enfrentados por essas escolas no contexto atual. A fim de resguardar as identidades dos(as) participantes, preferimos chamá-los(as) por nomes e sobrenomes fictícios retirados da flora da caatinga. Com a mesma preocupação, subtraímos informações que permitiam a associação direta às localidades e às escolas dos(as) profissionais.

O olhar desses(as) educadores(as) sobre o processo vivido, embora não possibilite estabelecer generalizações, permite sinalizações e aproximações reflexivas, concernentes aos procedimentos tomados pelas escolas no campo/roça nesse período da pandemia, estabelecendo problematizações importantes no tocante à Educação do Campo.

Desse modo, a pesquisa aqui apresentada tem um caráter exploratório, isto é, busca uma primeira aproximação à questão apresentada, estabelecendo algumas interrogações, inclusive, considerando discussões teóricas sobre as temáticas especificadas, apresentando indicações para pesquisas futuras no âmbito da Educação do Campo, suscitadas e descortinadas pelas particularidades da pandemia (GIL, 2009).

Em função disso, decidimos por um roteiro sintético de perguntas abertas que permitissem aos sujeitos relatar o contexto vivido, suas percepções, dificuldades e desafios. Esse roteiro foi apresentado no convite feito aos(às) participantes potenciais que atuam nas escolas no campo/roça como professores, coordenadores ou gestores, por meio de uma plataforma de comunicação virtual (WhatsApp), entre os dias 05 a 20 de maio de 2020. Esse recurso foi adotado devido às medidas de distanciamento social. Não optamos por questionário, porque nos interessava o relato sobre as vivências, práticas e desafios enfrentados, estratégias adotadas e percepções sobre o processo vivido.

Para a análise dos dados, adaptamos a proposta de Miles e Huberman: redução, apresentação e conclusão/verificação (*apud* GIL, 2009). A partir da síntese dos relatos transcritos, consideramos a simplificação das informações a partir do roteiro proposto e as pré-categorias dele emergidas, a saber: limitação dos recursos tecnológicos e digitais nas escolas e residências no campo/roça; carência na formação inicial e continuada sobre o uso dessas tecnologias e o impacto provocado pela impotência diante dos recursos escassos ou inexistentes. Posteriormente, buscamos estabelecer as semelhanças, diferenças e interrelações dos dados defrontados com outras categorias (escola-família, ensino remoto e EaD, Poder Público). Dessa forma, procuramos expor, a partir dos significados oriundos dos dados, algumas problematizações, reflexões e pistas para pesquisas futuras com base na revisão dos dados, das discussões teóricas e na leitura crítica da realidade (GIL, 2009).

Pandemia e agora? Reorganização dos calendários escolares e outras decisões

A crise sanitária em escala mundial causada pelo novo coronavírus tem provocado desdobramentos incalculáveis em todas as esferas da vida humana. A educação escolar, enquanto parte constituinte desse processo, tem sofrido diretamente os impactos deste cenário. Com o fechamento das escolas, cerca de 1,5 bilhão de estudantes estão sem aulas presenciais em 188 países, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) (O GLOBO, 2020).

Sobre esse aspecto, é importante considerar as fragilidades e as desigualdades estruturais da sociedade brasileira que são, definitivamente, agravadas no contexto decorrente da pandemia; em particular na educação, já que, somadas às diferenças de proficiência, alfabetização, matrícula, fatores socioeconômicos e étnico-raciais, estão as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos(as) estudantes e suas famílias.

Ademais, é relevante observar as consequências socioeconômicas que resultam dos impactos da Covid-19 na economia como, por exemplo, o aumento da taxa de desemprego e redução da renda familiar. Todos esses aspectos demandam um olhar cuidadoso para as propostas de garantia dos direitos

e dos objetivos de aprendizagem neste momento, a fim de minimizar os impactos da pandemia na educação.

O surto foi declarado como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em 30 de janeiro de 2020. A OMS declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária da Covid-19 em todos os continentes a caracterizava como pandemia. Para contê-la, a OMS recomendou três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados; testes massivos; e distanciamento social (OPAS/OMS, 2020).

O Ministério da Saúde no Brasil editou a Portaria nº 188 de 3 de fevereiro de 2020, declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo coronavírus. Consequentemente, Estados e Municípios editaram decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, entre elas, a suspensão das atividades escolares (BRASIL, 2020e).

No dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o MEC se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19, para as instituições de educação superior integrantes do Sistema Federal de Ensino (BRASIL, 2020c). Posteriormente, tal portaria recebeu ajustes e acréscimos.

Em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas/escolares por conta de ações preventivas à propagação da Covid-19 (UNDIME, 2020). Em decorrência desse cenário, os Conselhos Estaduais de Educação de diversos estados e vários Conselhos Municipais de Educação emitiram resoluções e/ou pareceres orientativos – para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas ou redes – sobre a reorganização do calendário escolar e o uso de atividades não presenciais.

Em 1º. de abril de 2020, a Câmara dos Deputados editou a Medida Provisória nº 934 que estabelece normas excepcionais para o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020a).

E, finalmente, em 3 de abril de 2020, o MEC publicou a Portaria nº 376 que dispõe sobre as aulas nos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19. Em caráter excepcional, a portaria autorizava às instituições integrantes da Rede Federal de ensino, quanto aos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio em andamento, a suspenderem as aulas presenciais ou substituí-las por atividades não presenciais por até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital (ABMES, 2020).

No município de Riacho de Santana, com a chegada do coronavírus, várias medidas foram tomadas visando a não propagação da Covid-19. Uma delas foi a suspensão das aulas na rede municipal de ensino para que os(as) estudantes e profissionais da educação mantivessem distanciamento social, seguindo, assim, as orientações da OMS. Na Figura 1, trazemos dados da Secretaria de Saúde e Vigilância Epidemiológica de Riacho de Santana. São dados publicados no dia 16 de junho de 2020, referentes à propagação do coronavírus no município.

Figura 1 – Dados referentes à propagação do coronavírus no município de Riacho de Santana/BA



Fonte: Secretaria de Saúde de Riacho de Santana/BA

A princípio, as ações da prefeitura municipal de Riacho de Santana foram medidas urgentes de combate, prevenção da Covid-19, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença. Em razão disso, o município publicou o Decreto nº 178, de 18 de maio de 2020, estabelecendo, no Art. 1º, a prorrogação "[...], por período indeterminado, [d]a suspensão das aulas no âmbito do município de Riacho de Santana, em todas as escolas das redes de ensino pública, privada [...] até ulterior deliberação [...]." (BAHIA, 2020b). Nesse sentido, o retorno das aulas dependerá do parecer avaliativo realizado pelo Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao coronavírus, com base nas recomendações das autoridades sanitárias, obedecendo a antecedência necessária à organização da Rede de Ensino.

Educação no/do Campo e os impasses em tempos da Covid-19

A Educação do Campo é um conceito em construção na última década. Segundo Caldart (2008, p. 69), "[...] o conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o

movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes [...]". A Educação do Campo consolida-se no debate conceitual concomitantemente ao tempo histórico, consequentemente, pensar a Educação do Campo é fazê-la através das relações, sua determinação primeira, ou seja, o campo/roça, sua dinâmica e historicidade (CALDART, 2008).

Nessa perspectiva, o campo/roça é um território cravado no tempo e no espaço, sendo, por conta disso, atravessado por relações sociais, inclusive constitutivas da sociedade "global" no "local". Logo, encontramos no campo/roça a presença dos aparatos próprios da tecnologização; "[...] observemos as motos, celulares, tratores, antenas e o inglês ensinados nas escolas do campo/roça [...]. Não se pode falar de uma ruralidade generalizada, pois ela se expressa de maneiras particulares, em universos [...] distintos." (SOUZA, 2018, p. 90-91). Assim sendo, o campo/roça deve ser compreendido na complexidade que expressa suas ruralidades, como verdadeira síntese das lutas, enfrentamentos, conquistas e negações de direitos, no processo histórico. Diante disso, a escola do campo/roça:

> [...] que conhece numerosas formas de desigualdade, por estar inserida em um contexto de antigo patriarcalismo, clientelismo, *escravagismo*, e por ter experimentado a violência do abandono institucional, baseado na lei do mais forte e na demonstração do poder evidenciado pela injustiça social e a exploração do trabalhador/trabalhadora, vítimas da ambição dos antigos coronéis – é impelida a assumir outra proposta, visto que já não é possível caminhar na contramão da história, restringindo-se ao aspecto de uma educação voltada para a padronização e a homogeneização do ensino (SOUZA, 2018, p. 91, grifo do autor).

Por essa razão, Souza (2018, p. 93) chama atenção para o fato de que, entre os anos de 1960 a 1990, as escolas no campo/roça "[...] não tinham sido largamente construídas em estruturas de prédios escolares, e, nesse caso, havia a preponderância das 'escolas domésticas', que tinham, além da boa vontade das famílias, sérios inconvenientes referentes à estrutura física [...]", afinal, as aulas eram improvisadas em cômodos acanhados ou em espaços externos como "[...] casas de farinha, avarandados, salões cedidos pelas igrejas e mesmo à sombra de árvores." (SOUZA, 2018, p. 93).

No município de Riacho de Santana, de acordo com o Plano Municipal de Educação (2015-2025), pode-se sublinhar, em relação ao tema Educação do Campo, que: a) as escolas no campo não estão totalmente adequadas em termos de infraestrutura, apesar dos investimentos feitos em reformas das instalações físicas; b) o maior número de profissionais sem graduação atua na educação no campo; c) registra-se a figura do coordenador de Educação do Campo para atender às escolas do fundamental I; d) destaca-se a existência de 9 (nove) escolas com classes multisseriadas e a nucleação é vista no documento como positiva para a "[...] melhoria do processo de aprendizagem." (BAHIA, 2016, p. 67). A escola multisseriada, segundo Souza (2018, p. 24), é "[...] uma forma de estruturação de ensino na qual o/a docente trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental, simultaneamente, atendendo alunos/as com idades e níveis de conhecimento diferentes.". Essas escolas, nas últimas décadas, sofrem com o processo de nucleação que pretende aproximá-las ao "universo urbano" nos moldes seriados.

O deslocamento dos estudantes para outras regiões do município ainda é visto como "controvérsia"; e) em 14 escolas no campo, há laboratório de informática do Programa Proinfo, porém apenas 1 (um) conectado à internet e afirma-se que "[...] os professores da rede recebem formação continuada para trabalhar com as tecnologias [...]" (BAHIA, 2016, p. 67); e f) no Plano de Educação, por um lado, declara-se que "[...] a educação municipal é essencialmente campesina [...]" (BAHIA, 2016, p. 67), certamente em função das fortes características rurais do município e da importância das atividades produtivas da agricultura familiar; mas, por outro, se reconhece que "[...] não existe, até o presente momento, adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural, portanto as metodologias de ensino não estão apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos campesinos." (BAHIA, 2016, p. 68).

Esse quadro descritivo ilustra os aspectos contraditórios em torno da efetivação da Educação do Campo como política pública entrelaçada com outras políticas e pensando um projeto social de campo. Embora seja possível observar alguns avanços significativos, outros demonstram que a construção do projeto de Educação do Campo para as escolas no campo ainda é um território de lutas.

Diante dessa realidade, em tempos determinados por mudanças inesperadas e caracterizados pela exigência do isolamento acautelado, faz-se, como já dissemos no início, imprescindível a reflexão acerca dos desafios e das possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem, pois as escolas do campo/roça estão acontecendo em contexto domiciliar através do "emergencial EaD".

Apresentação e análises dos dados

Como já se sabe, a coleta dos dados desta pesquisa deu-se através de entrevistas semiestruturadas com educadores(as), via WhatsApp, a fim de discutir os desafios e os impasses na Educação do Campo no município de Riacho de Santana/Bahia diante da crise sanitária do coronavírus e suas proporções pandêmicas.

Considerando as especificidades desses(as) educadores(as) das escolas do campo/roça, a pesquisa evidenciou que a maior parte, entre os(as) entrevistados(as), aderiu ao ensino remoto. Posteriormente, a Secretaria Municipal de Educação de Riacho de Santana (SEDUC) disponibilizou uma plataforma, no site da prefeitura, para que os(as) educadores(as), ao acessarem, encontrassem direcionamentos de atividades pedagógicas para cada modalidade de ensino.

Todavia, o êxito desse instrumento dependerá de muitos aspectos. O primeiro refere-se à habilitação e familiaridade dos(as) educadores(as) em utilizá-lo, manuseando opções tais como: download, salvar e anexar para, e finalmente, compartilhar o material com os(as) estudantes. Trata-se de funções simples e corriqueiras para quem, em algum momento, recebeu formação adequada. Vale destacar que a SEDUC, em tempo nenhum, disponibilizou formação continuada a fim de aperfeiçoar

esses(as) profissionais acerca do uso pedagógico das tecnologias digitais, mesmo sendo uma temática pautada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que, na competência 5, destaca a necessidade de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa, funcional e ética, o que demanda letramento digital.

O segundo aspecto diz respeito ao acesso aos aparatos tecnológicos. Nesse momento de pandemia, os impedimentos para integrar o uso das tecnologias digitais às atividades pedagógicas se multiplicam, posto que, sabe-se, que alguns docentes têm o mínimo de equipamento tecnológico, além disso, há uma partilha desses dispositivos com os demais membros da família. Sobre essa realidade, a professora Ana Maria Franco (2020, *online*), em sua conferência ministrada ao Congresso Nacional Universidade EAD e Software Livre 2020.1 (UEADSL) – intitulada "Noção de pertencimento e diminuição da Distância Transacional: caminhos para a EaD" –, diz o seguinte:

> [...] a EaD emergencial vem sendo praticada com o máximo de esforço dos professores, com tudo caseiro e sem recursos. [...] Vemos professores se arriscando em AVAs, em plataformas de criação de atividades e até em gamificação! Isso sem [...] a direção e supervisão da escola, quiçá, Secretaria de Educação. Iniciativas literalmente de 'formiguinha', tentando atingir os alunos da melhor forma possível.

Diante desse cenário, as entrevistas permitiram, através dos relatos, obter dados sobre esse esforço circunstancial, as suas condições caseiras e domésticas, bem como o tipo de suporte oferecido pela SEDUC aos profissionais das escolas no campo/roça a partir do dia 18 de março de 2020 – início da interrupção das aulas presenciais no município.

Nas entrevistas feitas aos(às) gestores(as), coordenadoras pedagógicas e ao professor, perguntou-se sobre a situação da escola diante das aulas remotas, sobre o contingente de estudantes alcançados(as) com as atividades, como essas atividades estão sendo feitas e como os(as) estudantes têm reagido. O compilado das respostas segue abaixo:

> Estamos executando as aulas à distância via WhatsApp, da melhor forma possível, para atingir o máximo de alunos. A escola tem, aproximadamente, o retorno de 80 a 85% dos alunados. Ficamos felizes em relação a esses resultados, mas a gente não conta o tempo certo, porque assim que o aluno acessa atividade, não dá o retorno muitas das vezes, não quer participar sempre, não quer fazer parte desse processo todos os dias, aí fica complicado a gente não pode forçar a fazer. É um direito dele em fazer ou não a atividade. [...] Diante de tantas dificuldades que as escolas do campo de Riacho de Santana oferecem, mesmo assim, a gente tenta mostrar a realidade que estamos vivendo e dialoga com os alunos da melhor forma possível. A gente joga nos grupos de WhatsApp os conteúdos, tem aluno que não consegue abrir o material no Word, a gente joga em PDF, não conseguiu nenhum, manda a foto, então a gente dialoga. Como havia dito: não sei agora para frente como vai ficar as atividades remotas, os alunos se sentem cansados, porque a gente tenta motivar, mas com o contato presencial. Está tudo indeciso, complicado, às vezes fica difícil, mas vamos pensar o tempo todo de forma positiva que a gente vai conseguir, né? Fazer da melhor forma possível e seguir em frente lutando por dias melhores.
> (Gestora Maria Macambira).

> A escola não encaminhou nenhuma atividade voltada para os conteúdos de sala de aula. Somente vários livros foram postados, como sugestão de leitura. Temos sugerido para os alunos acompanharem as atividades do portal da secretaria de educação do município. Alguns

professores encaminharam algumas atividades via WhatsApp, mas não foi muito satisfatório para fazer acompanhamento e principalmente do retorno desses alunos. Por conta, principalmente, pela falta de internet, e os alunos estão desinteressados mesmos. Sem se falar que a grande parte não tem celulares e computadores para fazer as atividades solicitas pelos professores e a coordenação.
(Gestor Pedro Umburana).

Estão sendo enviadas atividades em algumas turmas do primário que têm professores efetivos, cada professor está elaborando suas aulas e enviando pelo WhatsApp. A gente sabe que essas atividades, elas até então não serão contadas para carga horária, é só uma maneira de dar um suporte aos pais e alunos em alguma coisa com algum material para que esses alunos não percam de vista as atividades rotineiras. Muitas turmas estão sem atividades porque os professores REDA do município tiveram seus salários suspensos por causa do Covid-19, aí não deu para atender toda demanda do colégio [Regime Especial de Direito Administrativo – REDA é uma modalidade de seleção pública, uma estratégia para contratar pessoas que prestarão um determinado serviço, por no máximo 2 anos, podendo ser prorrogado por igual período e interrompido em qualquer tempo. Essa prática tem sido muito recorrente no Estado da Bahia, em especial no campo da educação]. Infelizmente, isso está acontecendo e muitos alunos ficam prejudicados e sem aulas. Sabemos que as dificuldades das escolas do campo são enormes, a gente não consegue atingir os 100%, por exemplo, no primário as turmas de professores efetivos, uma turma com 20 alunos, a gente conseguir 15 que faz as atividades, têm a outra turma que a professora tem 15 alunos e estava conseguindo 12 acompanhar as aulas. Sem se falar que têm alguns alunos que não têm WhatsApp, não têm rede social, não têm internet em casa, na verdade então não consegue de forma alguma o 100%, né? Nesse sentido, está sendo atendido, só que assim, eu sempre orientei igual. Tem os grupos por turma para eles ir lendo os livros didáticos, não perder de vista esses conteúdos, mas a gente sabe que não conta nada como carga horária, mas uma forma de incentivar eles e está acompanhando assim pelos livros didáticos ter esse contato com o professor, tirar as dúvidas, né, até porque a gente ficou com a minoria de professor no ensino fundamental II por causa dos professores do REDA que tiveram seus contratos suspensos e paralisaram as atividades.
(Coordenadora Rita de Jitirana).

[...] apesar de um prédio amplo, os alunos são poucos, composta por 1 turma da educação infantil, modalidades de 03, 04 e 05 anos composta por 20 alunos, 1 turma multisseriada de 1º e 2º ano composta por 14 alunos, 1 turma de 4º e 5º ano composta por 17 alunos, 1 turma de 6º e 7º ano composta por 16 alunos e 1 turma de 8º e 9º ano composta por 07 alunos. Como pode perceber, o trabalho que desenvolvemos é feito de forma diferenciada, porque ainda trabalhamos de forma multisseriada, o que dificulta o trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos, e nesse período de pandemia, por conta da Covid-19, o trabalho teve que ser modificado, juntamente com os 07 professores que tenho da educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e anos finais. O secretário e eu, que desenvolvo papel de direção e coordenação, começamos um trabalho árduo de investigação de como poderíamos estar trabalhando nesse período, para que não perdêssemos o foco da aprendizagem. Obtivemos orientações da Secretaria Municipal de Educação [...], onde se reuniu toda a pasta da educação para decidirmos a melhor forma de trabalho diante das especificidades de cada comunidade.
(Gestora Bromélia Silva)

Falar sobre as aulas à distância e remota, a diretora do colégio pede para enviar atividades de acordo com Base na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, e colocar objetivos. O setor responsável da secretaria de educação do município faz a impressão em grandes quantidades para entregar nas casas de cada aluno. Lá tem o fundamental I de manhã e fundamental II à tarde. São turmas pequenas e estudam poucos alunos. Lá não tem coordenadora pedagógica e nem vice-diretor. Também não vejo necessidade. A diretora desempenha função de coordenadora pedagógica. Fiquei à disposição do colégio, criamos um grupo com pais e alunos e os professores por esse canal aí, eu acho que não estão sendo bem conduzidas as atividades. Falta um pouquinho de mobilização e tempo determinado para realizar as atividades. A diretora não está exigindo porque somos do Reda e o contrato foi suspenso pela secretaria de educação do município de Riacho de Santana.
(Professor José Carnaúba).

> Nesse momento tão difícil que estamos vivendo por causa da Covid-19, tenho conduzindo as atividades praticamente sozinha, tem só um professor efetivo nessa unidade escolar que tem ajudado também, os 09 professores que passaram no Reda tiveram seus contratos suspensos nesse período de pandemia e aí, nós coordenadores ficamos responsáveis de acompanhar algumas turmas pela WhatsApp e orientar os pais desses alunos também. Estou desenvolvendo as atividades com poucos alunos, pois no ensino fundamental I, a escola conta com, aproximadamente, 160 alunos e criei um grupo de WhatsApp para apenas o primeiro, segundo e o terceiro ano, com 21 pais para um único grupo que eu criei. Um outro grupo de WhatsApp foi criado com o quarto e o quinto ano para desenvolver as atividades à distância. É importante salientar que muitos desses pais e alunos não têm acesso à internet e quando tem acesso, muitas das vezes, as atividades não carregam; sugiro o livro para leitura, o vídeo é muito difícil abrir, mas me sinto feliz em atingir, nem que seja uma pequena parcela de alunos e quando esses alunos dão a devolutiva, é sinal de que algo está sendo aproveitado.
> (Coordenadora Ipê de Jesus).

> Essas atividades são elaboradas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação que tem o portal onde pode estar nos ajudando a desenvolver e a orientar o manejo dessas atividades para que esses alunos possam estar realizando com êxito. A dificuldade maior é porque essa instituição recebe alunos de mais de 22 comunidades, conta com, aproximadamente, 450 alunos ao todo, de creche ao ensino fundamental II. As dificuldades de trabalhar com a educação do campo é porque os povoados são de muito longe da unidade escolar. Se atingirmos 50% desses alunos da escola, já estamos orgulhosos. O que mais me entristece e o que mais me angustia no momento é não estar podendo ajudar esses alunos distantes da nossa unidade escolar, pois muitos não têm energia em casa, a situação das famílias que são vulneráveis, muitos não dispõem de um aparelho de telefone, de uma internet em casa; é difícil da escola poder ajudar, ainda mais falando das escolas do campo que as coisas chegam sempre em segundo plano. Mas vamos fazendo o que pode, na medida do possível.
> (Coordenadora Flor Jurema).

No início da fala, a gestora **Maria Macambira** demonstra um certo contentamento que parece ser mais pelo cumprimento aos direcionamentos dados pela SEDUC do que necessariamente pelo pretenso bom resultado da ação pedagógica. Isto porque, logo em seguida, ela destaca que "[...] tem aluno que não consegue abrir o material no Word, a gente joga em PDF não conseguiu nenhum, [...] os alunos se sentem cansados [...].". Pode-se especular que isso esteja acontecendo por problemas na funcionalidade de alguns aparelhos, modelo, capacidade de armazenamento de dados, memória, etc. Maria não diz, também, se todos(as) os(as) estudantes possuem aparelho celular, computador, notebook ou tablet. Não se sabe qual a alternativa para alcançar aqueles(as) que não têm esses aparelhos e acesso à rede de internet. Ainda que inicialmente ela lance mão de um parâmetro marcado em uma maioria de estudantes, para retratar uma perspectiva bem-sucedida, o término da fala põe em xeque essa "avaliação positiva".

Por outro lado, o gestor **Pedro Umburana**, diferente de Maria, deixa evidenciado que o retorno precário das atividades enviadas por WhatsApp é "[...] por conta, principalmente, pela falta de internet e os alunos estão desinteressados mesmos. Sem se falar que a grande parte não tem celulares e computadores para fazer as atividades solicitadas pelos professores e a coordenação.". A coordenadora **Rita de Jitirana** confirma essa limitação digital, lançando luz nas dificuldades das escolas do campo/roça que, sem a pandemia, já eram sobressalentes, mas que são agigantadas por não conseguir alcançar todo o(a)s aluno(a)s. Segundo Rita, "[...] têm alguns alunos que não têm WhatsApp, não têm rede social, não têm internet em casa, na verdade, [...] não consegue de forma alguma o 100%, né?". Essas circunstâncias

pandêmicas são as causas do abatimento angustiante descrito pela coordenadora **Flor Jurema**, posto que, diante de graves impedimentos, é quase impossível não se sentir impotente e, apesar de qualquer persistência, o que fica é a sensação de insuficiência por não poder "[...] ajudar esses alunos distantes da nossa unidade escolar, pois muitos não têm energia em casa, situação das famílias são vulneráveis, [...], ainda mais falando das escolas do campo que as coisas chegam sempre em segundo plano.".

Desse emaranhado de ditos que são enredados por pessoas diferentes, mas imbricadas em um mesmo contexto deveras confuso, isto é, o de quarentena e pandemia, emergem os desafios vividos ou fortemente explicitados para as escolas do campo/roça, educadores(as) e as famílias dos(as) estudantes. Nesse contexto, pode-se exigir que o(a) educador(a) do campo/roça do ensino básico da escola pública seja "polivalente"? Para ajudar a responder essa questão, é importante recorrer ao que o professor José Luiz Esteves (2020, *online*) evidencia sobre os dados de conectividade (à internet) nas escolas brasileiras:

> Os dados recentes (2018-19) nos trazem a informação de que existe acentuada desigualdade quando se tratam de escolas urbanas e rurais: a pesquisa TIC Educação revelou que apenas 34% das escolas públicas rurais brasileiras possuem computadores com acesso à internet – 46% sequer tem computadores. Já na área urbana, o cenário é mais positivo: 98% das escolas públicas, municipais ou estaduais, possuem acesso à internet. Mas a grande maioria tem dificuldades no acesso estável de conexão [...].

Definitivamente, precisaríamos ter tido um outro modelo de formação docente, inicial e continuada, e também uma realidade diferente dos dados que Esteves (2020) apresentou-nos no trecho acima; portanto, estratégias e estruturas necessárias para o exercício "criativo" dos(as) educadores(as) na quarentena e no pós-quarentena, sobretudo, nas escolas do campo/roça. Nesse seguimento, o professor Antonio José de Souza (2020, *online*), participando da Mesa de Debate "Pensamento computacional em foco: uma discussão com professores da Escola Básica" – conferência ministrada pela pesquisadora Fernanda Monzato no Congresso Nacional UEADSL 2020.1 –, relatou-nos:

> Todo o meu conhecimento computacional é oriundo de um investimento e esforço pessoal. Até o momento, nunca foi um conhecimento fomentado por Instituições, Secretarias, Universidades etc. Essa é, também, a realidade dos meus pares. Então, acho que a formação inicial e continuada do professor precisa atentar para tal contexto. Evidentemente, formar e oferecer os meios. Estava refletindo, em outra conferência, sobre o nosso País de proporções agigantadas e desigualdades monumentais que tem, por conta da pandemia, suas "moléstias" expostas, principalmente na educação. Pois, muitos professores foram pegos de surpresa, sem preparo para lidar com o tecnológico e sem o acesso aos aparatos mínimos. Que ao final de toda essa experiência dramática, a educação seja melhor resguardada.

Em consequência, o êxito no ensino e na aprendizagem passa por uma escola do campo/roça com estrutura e acesso aos bens tecnológicos e formação continuada específica para tal. O atual momento fez surgir um fenômeno educacional insólito, principalmente quando consideramos a profunda heterogeneidade/desigualdade característica do Brasil disseminada por suas dimensões continentais. Isto

posto, como já fora dito no início deste estudo, é inevitável um novo "olhar" sobre o "humano" para que as sequelas pandêmicas não se tornem *ad aeternum*, quer dizer, para sempre, sem fim.

Retomando as falas do(a)s partícipes, nota-se que a Gestora Maria sublinha a EaD como sendo uma modalidade de ensino viável nesse contexto de recolhimento cauteloso. Entretanto, ao refletir sobre o isolamento e suas consequências no processo de ensino-aprendizagem, faz-se necessário explicar que a modalidade EaD é composta por um arcabouço estrutural (Polo Regional, Tutor, material didático impresso e digital, etc.) que funciona como uma maneira de aproximação, pertencimento e vínculo, o que, definitivamente, favorece a aprendizagem. O que se pode abstrair do testemunho da Gestora é um ensino remoto ou uma "EaD emergencial", afinal, percebe-se a ausência da estrutura característica da modalidade educacional que tendo educadores(as) e estudantes distanciados(as) são aproximados(as) por uma infraestrutura, principalmente, tecnológica. O professor José Luiz Esteves (2020, *online*) explica a distinção entre ensino EaD e o remoto, dizendo que:

> O EaD é uma MODALIDADE, assim como a PRESENCIAL ou o Ensino HIBRIDO. Como tal, tem que ser preparada para interagir desde o início, com Design Instrucional e acoplagem a um modelo de E-Learning, de estudo não-presencial. Já o REMOTO acaba sendo apenas, na maior parte das vezes, uma tentativa de encaixar o Presencial no Online, e dada a pouca experiência, e em que pese todo o esforço do docente, quase sempre o resultado deixa muito a desejar [...].

Por essa lógica, a professora Ana Maria Franco (2020, *online*) reconhece que a EaD se tornou sinônima de tecnologia, no entanto, ela acredita e defende a "EaD emergencial", nesse momento, por ser "[...] sinônimo de aproximação, mesmo havendo o distanciamento físico.". O argumento que Franco (2020) desenvolve sobre a necessidade da aproximação, quanto a fala da Gestora ao ressaltar que alguns(algumas) estudantes não dão retorno das atividades enviadas por WhatsApp, faz-nos pensar que há a expectativa de as famílias, desses(as) estudantes, serem uma espécie de "tutores". Porém, teriam, essas famílias, condições para exercerem esse elo/mediação entre professor(a) aluno(a), após terem os seus contextos e rotinas domiciliares sobremaneira impactados pela quarentena e suas demandas incomuns, como "a escola em casa"? Refletido sobre essa questão Franco (2020, *online*) responde:

> [...] como professora, como tutora e como pesquisadora da Educação a Distância, vivo atualmente a posição de mãe de aluno da Educação Infantil, o que me levou – inevitavelmente – a refletir sobre como este nível educacional é afetado na Pandemia e como podemos, juntamente com a escola, minimizar os efeitos para as crianças. Infelizmente, a EaD não foi discutida antes no ciclo básico. [...] EaD parecia até fevereiro deste ano algo inatingível para a educação básica. [...] E hoje nos vemos em isolamento e tendo a [EaD] como única alternativa para dar prosseguimento ao semestre letivo. Concordando ou não, se identificando ou não, esta é a modalidade educacional que nos cabe neste momento e que, apesar de não [ser] pensada para crianças e adolescentes, nesta Pandemia vem gerando bons frutos com novas experiências. [...] na EaD sistematizada temos a figura dos tutores que fazem a ponte entre docente e discentes, a presença do polo que auxilia o aluno e do centro de educação a distância que auxilia o professor. E em uma, digamos, "emergencial EaD", implantada pela contingência do isolamento, não temos estes recursos (pelo menos nem todos. Não é unânime a presença de estúdio de gravação de aulas, nem mesmo de um AVA). O que estamos vendo é um limitado uso de recursos virtuais em que muitas escolas fazem o mínimo, os professores se sentem desamparados e

> sobrecarregados, os alunos isolados e os pais perdidos. [...] Não podemos cobrar dos pais que se tornem pedagogos da noite pro dia. [...] Contudo, é essencial que os pais sejam como "tutores" das crianças em casa, incentivando a realização das atividades e, principalmente, cobrando das escolas (e não dos professores) que haja um plano de orientação para estes pais em casa. [...] Assim, não é dever da escola apenas delegar, transferir responsabilidades. A escola tem que assumir para si a função de gestora deste momento de crise e orientar os pais sobre como ajudar seus filhos, oferecer condições de trabalho a seus professores e diminuir a distância transacional sentida pelos alunos, para que não pensem que estão isolados neste processo.

As considerações de Franco (2020) demonstram que as famílias, escolas e educadores(as) estão despreparados(as), aturdidos(as) e com sérias dificuldades acerca do bom andamento do processo de ensino-aprendizagem diante desse momento histórico tão estranho, em que a ordem é de evitar a propagação do vírus e os efeitos pandêmicos, adiando tudo o que seja considerado "não-essencial", evitando contados, atendendo às solicitações para a permanência em casa (GUZZO, 2020).

Coadunado com tal panorama, a coordenadora **Ipê de Jesus** relata que, apesar das consequências da Covid-19, tem "[...] conduzindo as atividades praticamente sozinha [...]", visto que, na escola em que ela coordena o pedagógico, existe um único professor efetivo que, inclusive, vem contribuindo muito. Contudo, pouco pode ser feito quando no período em que mais se necessita de uma equipe, uma força-tarefa, nove (09) professores(as) tenham sido dispensados(as), uma vez que eram contratados(as) em regime temporário. Realidade confirmada pelo único professor entrevistado neste estudo, o professor **José Carnaúba** que, apesar de ter sido desobrigado das suas funções, pois teve seu contrato interrompido pela SEDUC, colocou-se à disposição da escola, criando "[...] um grupo com pais e alunos e os professores por esse canal [...] eu acho que não estão sendo bem conduzidas as atividades.".

Dessarte, parece-nos haver uma contradição, afinal, a gestora **Bromélia Silva** conta-nos sobre a existência de "[...] um trabalho árduo de investigação de como [poderia ser feito o pedagógico] nesse período, para que não [perdessem] o foco da aprendizagem [...]". De acordo com Bromélia, ela tem obtido orientações da SEDUC "[...], onde se reuniu toda a pasta da educação [...]" a fim de viabilizar o trabalho pedagógico remoto. Todavia, o que tem sido eloquente nos demais relatos é a inexistência da SEDUC (quer dizer, um braço significativo do Poder Público) como o elo competente entre docente-discente e escola-família.

As falas, na sua maioria, revelam-nos um trabalho solitário, sem ajuda efetiva do Poder Público, sem acesso aos bens tecnológicos (que podem sim, manter o engajamento dos(as) estudantes, diminuindo distâncias e desânimos) e sem a formação adequada. Nesse sentido, a SEDUC precisa ser presença para além das emissões de decretos oficiais e notas de orientação, lembrando-se das condições estruturais, materiais e pedagógicas para que os(as) estudantes, os(as) educadores(as) e as famílias permaneçam engajados(as).

Por fim, muito do que é destinado à educação, enquanto Política Pública, é oriundo da vontade política, em razão disto, o Poder Público do município de Riacho de Santana terá condições, em tempos

pandêmicos e marcados por crises e beligerâncias por parte do Governo Federal, de minorar esse fosse histórico?

Não é para responder, contudo, para pensar.

Considerações finais

As evidências apontadas neste trabalho, através dos relatos dos(as) entrevistados (as), demonstram os desafios enfrentados pelos(as) profissionais da educação, estudantes e famílias do campo/roça nesse momento de pandemia, assim como evidencia a necessidade de nos debruçarmos e recolocarmos, de forma relacional, as discussões sobre o processo de escolarização, o acesso às tecnologias de informação e comunicação e aos direitos básicos pelos povos do campo/roça.

O projeto político da Educação do Campo está centrado, primeiramente, no direito da população do campo/roça se escolarizarem no campo/roça, no espaço imediato de reprodução da vida, onde se produz saberes, cultura e identidade. De forma complementar, reconhece-se a necessidade de um projeto educativo para as escolas no campo/roça que englobe a dimensão do vivido, do local, a história, a memória, a identidade e as lutas dos povos do campo/roça como ponto de partida para uma leitura crítica do mundo. Assim sendo, a relação intrínseca entre Educação do Campo, Campo/roça e Políticas Públicas fundamenta-se no direito dos povos do campo/roça a terem direitos; a terem garantidas as condições de reprodução da vida no campo/roça com dignidade. Logo, o projeto social de campo/roça defendido pressupõe direito à terra, ao trabalho, à renda, à escola, à soberania e à segurança alimentar, ao respeito e à valorização à diversidade cultural (CALDART, 2008).

No âmbito da negação de direitos e diante das especificidades da Educação do Campo, enquanto projeto político e pedagógico, o atual momento marcado pela pandemia explicita, em seus diferentes graus, a precarização das escolas no campo/roça, como evidenciado no município de Riacho de Santana, Bahia, pelos relatos dos(as) entrevistados: condições de trabalho dos(as) educadores(as), acesso às tecnologias de informação e comunicação nas escolas e pelas famílias, formação continuada de educadores(as) para o uso dessas tecnologias na educação, dentre outras.

Em termos gerais e para além da eventualidade da pandemia, consideramos fundamental pensar o acesso às tecnologias como direito a ser garantido aos povos do campo/roça. Contudo, diante dos pressupostos da Educação do Campo calcados na relação entre teoria e prática, no trabalho, na agroecologia e nos saberes locais, não seria pertinente reduzir o processo educativo escolar à mera mediação tecnológica, mas também seria equivocado negar a importância do acesso aos recursos tecnológicos de informação e comunicação ou não pensar suas possibilidades para a potencialização do fazer pedagógico e as relações sociais na Contemporaneidade. Certamente, isso exigirá reflexões sobre o lugar das TIC's no projeto educativo escolar do campo/roça e na Educação do Campo como direito.

De forma específica, ficou evidenciado que os desafios postos às escolas no campo/roça não são apenas tecnológicos; são, principalmente, políticos. Por um lado, a precarização das condições de trabalho pela desestruturação do quadro docente fragilizou ainda mais as possibilidades de se pensar efetivamente o papel a ser assumido pela escola neste momento de pandemia, sobretudo, considerando o caráter assumido pela escola nas comunidades rurais, como o lugar de (in)formação, debate, encontro, problematização da vida em suas condições de humanização e desumanização. Por outro, percebe-se que as famílias têm o desafio de mediar o processo pedagógico sem as devidas condições, de alguma forma relacionadas ao desafio de acesso às tecnologias, grau de habilidade no uso destas, nível de escolaridade, dinâmica das relações de trabalho na unidade produtiva familiar. De modo similar, a equipe pedagógica também enfrenta as limitações da concepção de formação continuada em tecnologias educacionais.

Referências

ABMES. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior/Ministério da Educação. **Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020**. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-376-2020-04-03.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BAHIA. Prefeitura municipal de Riacho de Santana. **Decreto n.º 62 de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção e controle para enfrentamento do coronavírus (covid-19) - suspensão de aulas das redes de ensino do município de Riacho de Santana, Bahia. Disponível em: <http://www.riachodesantana.ba.gov.br/coronavirus#conteudo>. Acesso em: 20 ago. 2020a.

BAHIA. Prefeitura municipal de Riacho de Santana. **Decreto nº 178, de 18 de maio de 2020**. Dispõe sobre prorrogação da suspensão das aulas das Redes de Ensino do Município de Riacho de Santana. Disponível em: <http://riachodesantana.ba.gov.br/publicacoes/leis>. Acesso em: 20 ago. 2020b.

BAHIA. Prefeitura municipal de Riacho de Santana. **Lei nº 281 de 10 de junho de 2016**. Plano Municipal de Educação (2015-2025). Disponível em: <http://riachodesantana.ba.gov.br/publicacoes/leis>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2020/medidaprovisoria-934-1-abril-2020-789920-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Estabelece%20normas%20excepcionais%20sobre,6%20de%20fevereiro%20de%202020.>. Acesso em: 20 ago. 2020a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Conselho Nacional de Educação esclarece principais dúvidas sobre o ensino no País durante pandemia do coronavírus**. Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/04/conselho-nacional-de-educacao-esclarece-principais-duvidas-sobre-o-ensino-no-pais>. Acesso em: 20 ago. 2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 20 ago. 2020c.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus (COVID-19)**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2020d.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0188_04_02_2020.html#:~:text=Declara%20Emerg%C3%AAncia%20em%20Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblica,Coronav%C3%ADrus%20(2019%2DnCoV).>. Acesso em: 20 ago. 2020e.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. *In*: SANTOS, Clarice Aparecida dos (org.). **Educação do Campo**: campo - políticas públicas - educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008. p. 67-86.

ESTEVES, Jose Luiz. Desaprender e ressignificar: o Ensino Superior e a nova Educação Transformadora no pós Pandemia. **Congresso Nacional Universidade EAD e Software Livre 2020.1 (UEADSL)**, UFMG, Belo Horizonte, 01, jun. de 2020. Palco das Conferências. Disponível em: <https://eventos.textolivre.org/moodle/mod/forum/discuss.php?d=767>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FRANCO, Ana Maria. Noção de pertencimento e diminuição da Distância Transacional: caminhos para a EaD. **Congresso Nacional Universidade EAD e Software Livre 2020.1 (UEADSL)**, UFMG, Belo Horizonte, 01/02, jun. de 2020. Palco das Conferências. Disponível em: <https://eventos.textolivre.org/moodle/mod/forum/discuss.php?d=863> Acesso em: 10 ago. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUZZO, Marina. **Partilhas sensíveis e essenciais em tempos pandêmicos** [ou, quando poderemos novamente ir ao teatro sem medo?]. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/062>. Acesso em: 01 jun. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE - Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riacho-de-santana/panorama>. Acesso em: 14 ago. 2020.

LEE, Rita; CARVALHO, Roberto de. **Alô, Alô Marciano**. Intérprete: Elis Regina. WEA: Brasil, 1980.

O GLOBO. **ONU vê "catástrofe geracional" com mais de 1 bilhão de alunos fora das escolas**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/onu-ve-catastrofe-geracional-com-mais-de-1-bilhao-de-alunos-fora-das-escolas-24566672>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OPAS/OMS. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SANTOS, Marilucia de Jesus Santana; SOUZA, Antonio José de. Formação docente na educação do campo/roça: o desafio da ocupação do espaço social e escolar "urbano-centrado". *In*: SOUZA, Antonio

José de; SOUZA, Heron Ferreira. **Educação no/do Campo**: entre o concebido, percebido e vivido. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 39-58.

SOUZA, Antonio José de. Mesa de Debate. *In*: MONZATO, Fernanda. Pensamento computacional em foco: uma discussão com professores da Escola Básica. **Congresso Nacional Universidade EAD e Software Livre 2020.1 (UEADSL)**, UFMG, Belo Horizonte, 02, jun. de 2020. Palco das Conferencias. Disponível em: < https://eventos.textolivre.org/moodle/mod/forum/discuss.php?d=770>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SOUZA, Antonio José de. **O já-dito e não-dito acerca das identidades e cultura afro-brasileira**: histórias de vida-formação-profissão dos docentes de classes multisseriadas. Curitiba: CRV, 2018.

UNDIME. **Conselho Nacional de Educação divulga nota de esclarecimento considerando as implicações da pandemia do Coronavírus**. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/20-03-2020-16-56-conselho-nacional-de-educacao-divulga-nota-de-esclarecimento-considerando-as-implicacoes-da-pandemia-do-coronavirus>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Informações do Artigo

Recebido em: 11/11/2020
Aceito em: 12/12/2020
Publicado em: 17/12/2020

Conflitos de Interesse: Os autores declaram não haver quaisquer conflitos de interesse referente a este artigo.

Como citar este artigo

SOUZA, A. J. et al., (2020). A covid-19 e os desafios da educação do campo no município de Riacho de Santana/BA. Revista Macambira, 4(2), e042010. https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.506.

Licença:

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International .

Article Information

Received on: 11/11/2020
Accepted in: 12/12/2020
Published on: 17/12/2020

Conflict of Interest: No reported.

How to cite this article

SOUZA, A. J. et al., (2020). Covid-19 and the challenges of field education in the municipality of Riacho de Santana/BA. Revista Macambira, 4(2), e042010. https://doi.org/10.35642/rm.v4i2.506.

License:

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.